

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

LARISSA MAINE

**Crise política e impactos na gestão de espaços culturais
independentes do Centro de São Paulo**

**São Paulo
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

Crise política e impactos na gestão de espaços culturais independentes do Centro de São Paulo

Larissa Maine

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais.

Orientador: Prof.^a M.^a Cláudia Vendramini

São Paulo
2019

CRISE POLÍTICA E IMPACTOS NA GESTÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS INDEPENDENTES DO CENTRO DE SÃO PAULO¹

Larissa Maine²

Resumo

Este artigo analisa impactos da crise política brasileira no campo da cultura a partir da segunda gestão do governo de Dilma Rousseff (2014-2016). Apresenta uma breve contextualização do cenário político na última década, e em seguida, marcos que indicam uma involução no processo de democratização brasileira, bem como no projeto político que se construía para a Cultura durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). O terceiro capítulo se apoia em entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores e produtores de três espaços independentes do Centro de São Paulo, a fim de identificar conexões entre o macro cenário político e transformações em suas estratégias de gestão.

Palavras-chave: crise política, espaços culturais independentes, políticas culturais, gestão de projetos culturais, Partido dos Trabalhadores.

Abstract

This article analyzes the impacts of Brazilian political crisis in the field of culture from the government of Dilma Rousseff (2014-2016). It presents a brief context of the political scenario in the last decade, followed by an analysis that indicates an involution in the Brazilian democratization process, as well as in the national cultural project that was being built in the government of Workers Party (PT). The third chapter presents interviews with managers and producers of three cultural independent spaces located in the Center of São Paulo, in order to identify connections between their management strategies and the macro political scenario.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais.

² Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e pós-graduada em Cinema Documentário pela Fundação Getúlio Vargas.

Keywords: crisis, independent cultural spaces, cultural policies, cultural projects management.

Resumén

Este artículo analiza impactos de la crisis política brasileña en el campo de la cultura a partir de la segunda gestión del gobierno de Dilma Rousseff (2014-2016). Presenta una breve contextualización del escenario político en la última década, y enseguida, marcos que indican una involución en el proceso de democratización brasileña, así como en el proyecto político que se construía para la Cultura durante el gobierno del Partido de los Trabajadores (PT). El tercer capítulo se apoya en entrevistas semiestructuradas realizadas con gestores y productores de tres espacios independientes del Centro de São Paulo, a fin de identificar conexiones entre el macro escenario político y transformaciones en sus estrategias de gestión.

Palabras clave: crisis, espacios culturales independientes, políticas culturales, gestión de proyectos culturales.

1. INTRODUÇÃO

Assim como outros setores sociais, o campo da cultura sofreu diretamente os impactos da crise política brasileira iniciada durante o segundo governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), e mais intensamente, no governo interino de Michel Temer (2016-2018). Neste processo, o projeto político democrático que se desenhava nas gestões anteriores pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), baseada na participação de agentes culturais e da sociedade civil, na valorização da diversidade e no fortalecimento das instituições administrativas, foi interrompido.

Deslanchada na gestão da ministra Ana de Hollanda, a crise se consolidou em um inegável desmonte da cultura após o impeachment de Dilma em 2016, com consequências como o congelamento de investimentos federais, estaduais e municipais, diminuição do quadro de funcionários dos equipamentos culturais públicos e o fechamento de alguns, como no caso dos CEUs (Centros Educacionais Unificados). Com a chegada de Michel Temer à Presidência da República, marcada por um projeto liberal e pela reemergência de grupos conservadores da extrema-direita, têm início uma investida contra a agenda de direitos humanos, gênero e diversidade sexual.

Este artigo seguirá uma lógica de análise partindo do macro cenário político brasileiro até seus reflexos na microesfera dos espaços culturais independentes da região central de São Paulo. No primeiro capítulo, o estudo propõe uma retrospectiva histórica das gestões de Lula e Dilma no campo da cultura. Em seguida, analisa a passagem do governo Dilma para o de Michel Temer, momento crucial de embates políticos e de involuções no projeto político que se construía nas gestões anteriores. O segundo capítulo investiga os reflexos dessas trocas de gestão sobre a cultura em âmbito federal. Por fim, o terceiro capítulo apresenta um estudo preliminar sobre os impactos da crise em três espaços independentes do Centro de São Paulo: Casa Tombada, Matilha Cultural e Tapera Taperá. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores e produtores desses locais, podendo ser expandida futuramente para outros espaços e regiões da cidade.

A região do Centro foi selecionada devido às opções de transporte público que a irrigam, conectando Zonas Norte, Sul e Leste, além da região metropolitana por meio dos terminais de trem urbano. Já os espaços foram selecionados obedecendo a quatro critérios: possuir espaço físico voltado à criação, realização e propagação de atividades culturais; ser

espaço pertencente e gerido por artistas, coletivos ou indivíduos da sociedade civil e, portanto, não ligados a empresas, instituições ou fundações; e possuir atividades gratuitas.

2. Fim da era Lula, passagem para a gestão Dilma e a permanente tradição da instabilidade

O final do segundo mandato consecutivo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011) desacelerou a construção de um projeto político para a cultura notadamente amplo, democrático e participativo, do qual foram ícones os ministros Gilberto Gil (2003-2008) e seu sucessor João Luiz Silva Ferreira (2008-2010). O governo de Dilma Rousseff (2011-2016), ao contrário do que era esperado, não concentrou as forças necessárias na continuidade e consolidação dos projetos iniciados no governo anterior. A escolha de Ana de Hollanda para o Ministério da Cultura (2011-2012), contrariando as expectativas do setor pela permanência de Juca Ferreira, somada a iniciativas controversas da nova ministra, foram os primeiros sinais de que a gestão apresentaria rupturas, reforçando a tese das tristes tradições da política brasileira: ausências, autoritarismos e instabilidades (RUBIM, 2015).

Ainda no governo Lula, a decisão de elaborar políticas de Estado associada à revisão do conceito de cultura, que até então era ligado a modos de expressão e manifestações artísticas eruditas, abriu os horizontes do Ministério da Cultura à diversidade cultural das modalidades populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero e das periferias. Diversas políticas e ações desenvolvidas tornaram-se emblemáticas, principalmente por sua elaboração conjunta com agentes culturais e a sociedade civil. O Sistema Nacional de Cultura (SNC), proposto em 2003, e o Programa Cultura Viva (PCV), criado em 2004, bem como as Conferências Nacionais de Cultura são exemplos simbólicos dessas características das gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira (RUBIM, 2015).

Ainda que os avanços sejam inegáveis, o governo falhou em outros aspectos, a exemplo da reformulação do principal sistema de financiamento à cultura no país, a Lei Rouanet, medida essencial à nova realidade nacional que se construía. Logo no início da gestão de Gilberto Gil, em 2003, o ministério promoveu os seminários “Cultura para todos”, que percorreram parte do país em encontros com secretários de cultura, artistas, produtores, fundações e investidores privados, a fim de buscar coletar percepções e assim ter subsídios para a reformulação da Lei Rouanet (CALABRE, 2014). A iniciativa abriu um rico canal de

escuta da sociedade civil, o que permitiu ao ministério identificar os principais problemas e acertos da Lei Rouanet. Porém, o Ministério da Cultura encaminhou as propostas de reformulação ao Congresso Nacional somente em 2010, no último ano do governo, o que inviabilizou a resolução deste tema antes da troca de gestões (RUBIM, 2015).

Com a eleição de Dilma, criou-se a expectativa de continuidade e consolidação das iniciativas desenhadas nos últimos anos, no entanto, o que se verificou foi a falta de um direcionamento claro da política cultural que estava sendo assumida (CALABRE, 2015). Exemplo disto foi o caso da reforma da Lei de Direito Autoral (LDA) – Lei 9.610. Logo ao assumir a pasta, a ministra Ana de Hollanda (2011-2012) breiou a reforma da Lei, que previa uma flexibilização das limitações dos direitos autorais e uma modernização necessária para adequar-se ao cenário digital. A decisão despertou questionamentos, uma vez que a reforma já havia sido amplamente discutida nas gestões de Gil e de Juca Ferreira e até aberta à consulta pública em 2010.

Rubim destaca também a desaceleração do Programa Cultura Viva após o governo Lula diante dos problemas enfrentados na implantação, gestão e prestação de contas dos pontos e pontões de cultura:

Em contraste com a criação de programas inspirados no Cultura Viva em muitos países, no Brasil ele praticamente esteve paralisado, mergulhado na tentativa de resolução dos problemas detectados e assumidos, quase sempre, como dificuldades, nada desprezíveis, de gestão e prestação de contas. Não foram até hoje devidamente equacionados os dilemas decorrentes da necessária democratização do Estado para possibilitar a relação republicana e substantiva com as comunidades estimuladas a participar e reconhecidas como Pontos de Cultura (RUBIM, 2015, p. 25).

As críticas constantes à ministra levaram a presidenta Dilma, em setembro de 2012, a substituí-la no comando do ministério pela então senadora Marta Suplicy. A mudança foi bem vista devido ao capital político e à experiência da ministra, que de fato usou sua capacidade de articulação para aprovar pautas importantes que estavam pendentes, a exemplo do Vale-Cultura, Lei Cultura Viva – Lei 13.018 de 2014, e o Marco Civil da Internet, que estabeleceu os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

Rubim (2015) destaca como a grande marca da gestão Suplicy a reaproximação da Cultura e da Educação - distanciadas desde a criação do Ministério da Cultura em 1985 - o que resultou em programas como o Mais Cultura nas Escolas e o Mais Cultura nas

Universidades. Para o autor, o desenvolvimento de programas conjuntos representou “uma das mais substantivas inovações do governo Dilma” (RUBIM, 2015, p. 24).

O problema foi o caráter pragmático da atuação política de Marta Suplicy, muitas vezes privilegiando ações que trariam visibilidade política imediata em lugar da continuidade de políticas públicas desenhadas anteriormente. A troca constante de funcionários das secretarias ligadas à cultura também foi uma constante e contribuiu para desarticular equipes e projetos em andamento.

De modo geral, a atuação do Ministério da Cultura no governo Dilma contribuiu para a continuidade das políticas públicas em intensidade menor e insuficiente para manter o patamar conquistado no governo Lula (RUBIM, 2015). O desprivilegio do ministério na gestão da presidenta também pode ser explicado pelo baixíssimo orçamento destinado a manter os programas, o que na prática simbolizou a ruptura com a meta de 2% do orçamento nacional do governo anterior. A reformulação da Lei Rouanet tampouco teve progressos. Continuou sendo o principal mecanismo federal de fomento à cultura, o que na prática garante aos departamentos de marketing das empresas a decisão sobre quais projetos receberão recursos. Os riscos à diversidade e às manifestações culturais populares e tradicionais implicados nisto são conhecidos.

Se a transição entre as gestões de Lula e Dilma apresentou rupturas significativas, o final do governo do Partido dos Trabalhadores, marcado pelo controverso processo de impeachment da presidenta Dilma e sua substituição pelo vice-presidente Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), deu início a um rompimento definitivo com os ideais de democracia e transformação social.

O novo governo procurou estruturar-se pela implementação de uma pauta reformista liberal, marcada pela tentativa de enfraquecimento das instâncias de participação social nas políticas públicas que se haviam organizado (BARBALHO, 2017). Neste contexto, a cultura assumiu o lugar de um campo de batalhas simbólico.

Em maio de 2016, o governo interino anunciou a extinção do MinC, despertando protestos e mobilizações da classe artística contra a medida. Equipamentos culturais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Nacional das Artes (Funarte) foram ocupados³ em diversas capitais do país. Diante das mobilizações, o presidente retrocedeu na extinção do ministério e fez uma indicação política para a pasta,

³ Ver: <https://exame.abril.com.br/brasil/artistas-ja-ocupam-predios-da-cultura-em-14-capitais-contr-extincao-do-minc/>. Acesso em: 11 Fev. 2019.

Marcelo Calero, do Partido Popular Socialista (PPS), porém a medida não arrefeceu os protestos.

Entre os grupos que ocupavam os prédios públicos nas capitais brasileiras, a medida não influenciou na ocupação, pois o motivo também era se opor e resistir ao governo avaliado como ilegítimo [...]. Entre os artistas mais consagrados, ou entre as instituições que lhes representavam, porém, não havia a mesma unidade em torno da pauta Fora Temer. Enquanto alguns negavam a legitimidade do governo interino (MARIETA, ... 2016) outros sinalizavam que, uma vez recriado o MinC, era hora de negociar com o novo Ministro. Para estes, independente de ser oposição ou não ao governo, o contexto era de retomada das políticas culturais (BARBALHO, 2017, p. 247).

Dentro do contexto mais amplo da crise, pode-se afirmar que a extinção e recriação do MinC tornou o campo da cultura um campo privilegiado de resistência contra o processo político que estava em curso. Diante desse cenário, o governo interino opta pela indicação de Sérgio de Sá Leitão (2016-2018) para o ministério, figura que já possuía uma trajetória política no campo da cultura, tendo ocupado funções como Chefe de Gabinete do Ministro Gilberto Gil (2003), Presidente da RioFilme (2009) e Secretário de Cultura do Rio de Janeiro (2012). Uma “indicação técnica e com trânsito no meio político” (BARBALHO, 2017, p. 251) e que seria capaz, ao mesmo tempo, de propor uma política cultural adequada ao ideário do novo governo.

A tônica da gestão de Leitão esteve sobretudo no vetor econômico e na economia da cultura. Em diversas situações, defendeu que o desenvolvimento das atividades culturais por seu peso econômico e potencial de gerar empregos, auxiliando o país a deixar a crise. O ministério também realizou alterações pontuais na Lei Rouanet para simplificar mecanismos burocráticos, a fim de estimular a maior adesão por parte das empresas, ação foi que complementada pelos seminários⁴ Cultura Gera Futuro em diversas capitais brasileiras.

Em janeiro de 2019, pouco antes da conclusão deste trabalho, o Ministério da Cultura foi novamente dissolvido e rebaixado à secretaria do recém-criado Ministério da Cidadania, resultante da fusão de outras duas pastas, Esporte e Desenvolvimento Social, tornando nebuloso o futuro das políticas públicas de cultura implementadas nos governos anteriores, incluindo a Lei Rouanet. As mudanças foram implementadas após a eleição do novo Presidente da República, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL).

⁴ O projeto itinerante Cultura Gera Futuro percorreu 27 capitais brasileiras entre abril e junho de 2018 com o objetivo de divulgar os mecanismos de fomento à cultura federais da Lei Rouanet, Lei do Audiovisual e Fundo Setorial do Audiovisual.

2.1. A reemergência de grupos da extrema-direita e as investidas contra a cultura e a democracia

Até o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, o governo do Partido dos Trabalhadores havia permitido uma "permeabilidade inédita do Estado" a pautas sociais e movimentos identitários como o feminista e o LGBT (Abers, Serafim e Tatagiba apud BIROLI, 2018, p. 88). Ao mesmo tempo, o governo efetivou alianças conservadoras no congresso aferradas a visões convencionais da família e da religião, que com a ascensão de Michel Temer e o agravamento da crise econômica, gradualmente dominaram a política.

Um marco crucial nessa mudança ideológica foi a eleição de Eduardo Cunha, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB-RJ), para a Presidência da Câmara dos Deputados em 2015, o que teria criado uma correlação de forças favorável aos setores mais conservadores, representados por legisladores ligados ao agronegócio, à indústria armamentista, às igrejas evangélicas e católicas, entre outros setores que se opunham ao Partido dos Trabalhadores (MACHADO, 2017). Ao assumir a presidência da Casa, Cunha desarquivou uma série de projetos que havia apresentado em sua legislatura passada contra as demandas dos movimentos feministas e LGBT. Dois exemplos são o Projeto de Lei - PL 1672/2011, que propõe a criação do Dia do Orgulho Hétero, e o Projeto de Lei - PL 7382/2010, que penaliza a discriminação contra heterossexuais.

O Presidente da Câmara criou ainda comissões especiais para discutir temas que interessavam aos grupos cristãos e seus aliados, como a posse de armas de fogo, a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos e o Estatuto da Família, Projeto de Lei - PL 6583/2013 que define como núcleo familiar apenas aqueles formados a partir da união entre um homem e uma mulher, deslegitimando qualquer outra possível formação familiar (MACHADO, 2017).

A retirada do Plano Nacional de Educação (PNE) das noções de identidade gênero e de orientação sexual foi outro evento simbólico, representativo do novo cenário político que se configurava. O debate sobre o Projeto de Lei – PL 8035/10, que instituía o PNE, iniciou no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff e foi aprovado em comissão especial na Câmara em 22 de abril de 2014 (BIROLI, 2018). A versão original do texto propunha a reflexão sobre as diferenças de gênero e incluía, entre as competências a serem desenvolvidas nos alunos, o respeito a diferentes orientações sexuais. Mas a pressão de grupos conservadores fez com que o texto fosse alterado a fim de eliminar os perigos de uma suposta

“ideologia de gênero” sobre a infância e a juventude. Em 22 de junho de 2016, o PNE foi sancionado sem qualquer referência a gênero e sexualidade pela Presidência da República, já ocupada interinamente por Michel Temer. É importante observar que o PNE define os objetivos e metas para o ensino infantil, fundamental e médio a serem executados nos próximos dez anos. A exclusão da noção de gênero e de orientação sexual do documento é sintomática de uma política que deseja evitar o questionamento em sala de aula sobre as desigualdades e violências de gênero, a fim de manter a prevalência do sistema heteronormativo vigente.

O Programa Escola Sem Partido - PL 867/15, derivado do Movimento Escola Sem Partido⁵, surge no mesmo contexto. De autoria do deputado federal Izalci Lucas Ferreira, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-DF), o projeto propõe alterar as diretrizes da educação nacional com o objetivo de “proteger” o direito dos pais de educar seus filhos de acordo com seus valores morais e crenças religiosas, evitando o debate posicionado sobre política e gênero dentro da sala de aula, o que, segundo o movimento, equivale a uma doutrinação nociva dos jovens. Biroli interpreta que:

[...] o Escola sem Partido apresenta com clareza a oposição a dois conjuntos de valores, conectados em ações e projetos de lei que buscam modificar normas e conteúdos escolares e constranger professoras e professores “parciais”. Um deles é expresso no combate ao comunismo e ao marxismo, o outro em seu combate à “ideologia de gênero”. Para além do uso retórico das noções de comunismo e de “ideologia de gênero”, fica claro que a parcialidade combatida é aquela que traria para a sala-de-aula perspectivas críticas ao sistema de propriedade vigente e às desigualdades sociais; na segunda vertente, por sua vez, o combate é dirigido a perspectivas críticas às desigualdades de gênero e às formas de violência ancoradas no sexismo e na heteronormatividade. (BIROLI, 2018, p. 86)

A cultura não passaria impune à ideologia norteadora do novo governo. No final de setembro de 2017, o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) exibiu, na abertura da Mostra Panorama da Arte Brasileira, a performance do coreógrafo Wagner Schwartz, uma leitura interpretativa das obras da série “Bicho” de Lygia Clark, reconhecida por sua proposição interativa entre artista e público. Na performance, ele se posiciona nu sobre um

⁵ O Movimento Escola Sem Partido surgiu em 2004 como uma iniciativa civil criada pelo advogado Miguel Nagib. Em seu site oficial, o movimento se declara dividido em duas vertentes, “uma, que trabalha à luz do Projeto Escola Sem Partido, outra, uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”. Disponível em: <<https://www.programaescolasepartido.org/movimento>>. Acesso em: 11 Fev. 2019.

tatame manipulando um origami, de forma a sugerir a interação. Apesar de destituída de conotação erótica, a performance gerou polêmica nas redes sociais e foi parar na grande mídia graças à interação de uma criança com o artista, que acompanhada pela mãe, engatinhou pelo tatame e tocou-lhe os dedos dos pés.

O gesto foi suficiente para despertar alarme em uma ampla massa, que acusou a performance, o museu e o artista de “incentivarem a pedofilia”. Em resposta oficial nas suas redes sociais, o MAM divulgou uma nota de esclarecimento defendendo que “as referências à inadequação da situação são resultado de desinformação, deturpação do contexto e do significado da obra”.

A reação foi a mesma que levou o Santander Cultural a encerrar a exposição “Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira” em Porto Alegre, em setembro do mesmo ano, após ser alvo de uma onda de protestos ligados ao Movimento Brasil Livre (MBL)⁶. Com curadoria de Gaudêncio Fidelis, a mostra reunia 270 trabalhos de 85 artistas que abordavam a temática LGBT, questões de gênero e de diversidade sexual, com obras assinadas por nomes como Adriana Varejão, Cândido Portinari, Fernando Baril, Hudinilson Jr., Lygia Clark e Leonilson. Após as críticas, o Santander chegou a emitir uma nota afirmando que as obras faziam justamente refletir sobre questões de gênero, diversidade e violência, porém voltou atrás poucos dias depois e cedeu às pressões, temendo despertar um boicote ao banco que mancharia a imagem da instituição financeira.

Em nova nota⁷, divulgada em sua fanpage oficial do Facebook, o Santander Cultural afirmou entender que algumas das obras da exposição desrespeitavam símbolos, crenças e pessoas, o que não estaria alinhado à sua “visão de mundo”. A instituição resolveu, então, encerrar a mostra precocemente, sendo que ela permaneceria até outubro. Ainda que tenha sido viabilizada por recursos públicos da Lei Rouanet.

Pouco depois dos dois casos, em outubro, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) inaugurou a mostra “História da Sexualidade” com classificação etária de 18 anos, proibindo a entrada de crianças e adolescentes menores mesmo que acompanhados dos pais, a fim de evitar críticas de movimentos políticos conservadores. A exposição reunia 300 obras de autores clássicos como Egon Schiele, Renoir, Manet, Picasso e

⁶ O Movimento Brasil Livre é um movimento político brasileiro que defende o liberalismo econômico e o republicanismo, ativo desde 2014.

⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/SantanderCultural/posts/nota-sobre-a-exposi%C3%A7%C3%A3o-queermuseunos-%C3%BAltimos-dias-recebemos-diversas-manifesta%C3%A7%C3%B5/732513686954201/>>. Acesso em: 12 Fev. 2019.

Gauguin até contemporâneos como Ana Mendieta, Rego Monteiro, Leticia Parente e Adriana Varejão, cuja obra “Cenas do Interior 2” já havia causado “comoção” no Queermuseu por retratar cenas de zoofilia no período colonial. No dia da abertura, o movimento 342 Artes – Contra a censura e difamação, criado por artistas brasileiros visando combater a censura às manifestações artísticas, ocupou o vão do MASP. O Ministério Público Federal (MPF) declarou inconstitucional⁸ a classificação etária restritiva, levando o museu a abrir a exposição para menores desde que acompanhados pelos pais ou responsáveis.

Pouco depois, em novembro, a filósofa Judith Butler, pesquisadora de gênero e feminismo, foi alvo de protestos⁹ durante uma visita ao Brasil para participar do Seminário “Os fins da democracia”, promovido pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em parceria com a Universidade da Califórnia e realizado no SESC Pompeia em São Paulo. Os manifestantes, que a acusavam de pregar a “ideologia de gênero”, portavam crucifixos e atearam fogo em uma boneca com o rosto de Butler, gritando dizeres como “deixe em paz nossas crianças” e “pedófila”. É preciso mencionar que, na ocasião, o tema da palestra era outro: o conflito entre Israel e Palestina.

Biroli chama a atenção para a associação errônea entre ideologização e conhecimento, homossexualidade e pedofilia, que tais grupos conservadores vêm promovendo:

Vale observar que embora o seminário não tivesse como foco o debate sobre gênero e sexualidade, as reações e agressões foram feitas em nome “da família” e seguiram a agenda negativa da associação entre homossexualidade e pedofilia, presente nas reações ao Queermuseu, e entre conhecimento e ideologização, destacando especificamente a ameaça às “nossas crianças” (BIROLI, 2018, p. 87).

Os eventos revelam a repetição do tradicional autoritarismo e instabilidade enunciados por Rubim (2015). O país enfrenta uma involução preocupante do processo de democratização que vinha em curso, tornando incerta a continuidade das políticas públicas de cultura, e mais amplamente, o compromisso com a agenda de direitos humanos.

⁸ Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/direitos-sexuais-e-reprodutivos/nota-tecnica-liberdade-artistica-e-protecao-de-criancas-e-adolescentes>>. Acessado em: 12 Fev. 2019.

⁹ Ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1933437-manifestantes-pro-e-contra-judith-butler-protetam-no-sesc-pompeia.shtml>>. Acessado em: 12 Fev. 2019.

3. Pesquisa de campo em espaços culturais independentes do Centro de São Paulo

A pesquisa de campo procurou identificar se as instabilidades do macro contexto político brasileiro, e mais especificamente, nas políticas públicas de cultura, produziram ecos na gestão dos espaços culturais independentes da cidade de São Paulo. Foram considerados quatro aspectos: disponibilidade de recursos econômicos, quadro de funcionários, agenda de atividades e frequência de público.

Tendo em vista a dimensão de São Paulo e a multiplicidade de espaços culturais que podem ser encontrados neste lócus, o recorte geográfico selecionado para análise foi a região central da cidade. Considerou-se para isso o fator mobilidade urbana: o Centro é irrigado pelas Linhas 1 (Azul) e 3 (Vermelha) do metrô, que se conectam às Zonas Norte, Sul e Leste, bem como à região metropolitana por meio dos terminais de trem urbano.

Ainda são escassas as bibliografias que procuram identificar modelos de gestão em espaços culturais independentes em razão da diversidade de configurações que podem assumir esses espaços. Sendo assim, considerou-se um “espaço cultural independente”: I. aquele que pertence e é gerido por sujeitos da sociedade civil, artistas ou coletivos, portanto, não ligado à fundação, instituição ou empresa; II. possui espaço físico com a finalidade de criação, realização e propagação de atividades artísticas e culturais; III. realiza eventos abertos e gratuitos, ou seja, financeiramente acessíveis a diferentes camadas sociais; IV. promove a ação cultural, conceito definido por Coelho et. al.¹⁰ (1997 apud WANDERLEY, 2011, p. 5) como “o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura”.

Para os fins da pesquisa, selecionou-se quatro espaços culturais independentes que atendem aos critérios descritos: Aparelha Luzia, localizado no bairro de Santa Cecília, reconhecido como espaço cultural de valorização da cultura negra. Tem como foco a música, dança e performance; a Casa Tombada, no bairro de Perdizes, no limiar da Zona Oeste com o Centro, promove oficinas, cursos livres e de longa duração voltados à escrita, literatura e arte educação; a Matilha Cultural, na República, oferta uma programação diversificada e exibição de filmes independentes; e a Tapera Taperá, também localizada na República, é um espaço dedicado ao público leitor, que conta com lançamentos de livros, palestras, cursos literários e cine-debates.

¹⁰ COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo, Iluminuras, 1997.

As entrevistas com os gestores ou produtores culturais desses espaços foram realizadas entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019 por meio de mensagem eletrônica, e-mail ou telefone. Como metodologia, empregou-se o modelo semiestruturado de entrevista, que foi dividida em oito questões, sendo a quarta de múltipla escolha.

As perguntas de um a três tinham finalidade exploratória e referiam-se à história do espaço cultural; a quatro e a cinco, aos meios de sustentabilidade financeira; a seis e a sete questionavam o entrevistado sobre suas percepções acerca das transformações no espaço cultural nos últimos cinco anos e no cenário da cidade de São Paulo; e a última questão se relacionava ao contexto político atual e às expectativas em relação ao futuro. Desta forma, o foco dos resultados da análise será da questão quatro até a oito.

Os entrevistados convidados para responder as questões foram: Erica Malunginho, Mestre em Estética e História da Arte pela Universidade de São Paulo (USP), atual deputada estadual pela Bancada Ativista (BA) e fundadora do Aparelha Luiza, cujo pedido de entrevista foi enviado por e-mail no dia 19 de dezembro de 2018, e posteriormente, nos dias 8 de janeiro e 1º de fevereiro de 2019. Erica respondeu aos e-mails no dia 7 de fevereiro, desculpando-se pela demora e solicitando o reenvio das questões, porém a autora não deu prosseguimento ao pedido em razão da proximidade da entrega deste artigo; Flávia Giancomini, produtora cultural da Casa Tombada, que respondeu às questões por e-mail no dia 24 de janeiro; Nina Liesemberg, produtora cultural da Matilha Cultural, respondeu as questões por telefone no dia 22 de janeiro; e Antonio Freitas, gestor e fundador da Tapera Taperá, cuja entrevista foi realizada por mensagem eletrônica no dia 16 de janeiro de 2019. Dos quatro selecionados, três concederam entrevista, o que representa 75% de participação.

Na pergunta quatro - quais os meios utilizados na sustentabilidade financeira do local e com qual frequência – nota-se a diversificação de “configurações” possíveis dentro da lógica da Economia Criativa. Nina Liesemberg respondeu que a maior parte dos recursos financeiros da MC vêm do aluguel do espaço físico em eventos privados, das vendas no bar-café do espaço e de contribuições voluntárias dos frequentadores. Segundo a produtora, a MC usou editais públicos para viabilização de projetos somente uma vez, o ProAc (Programa de Ação Cultural), “para uma série de eventos de Hip Hop em 2014”.

Flávia respondeu que “tudo o que ocorre na Casa é financiado pelos próprios eventos e alunos dos cursos”. A CT usou o ProAc - Território das Artes também uma vez para a realização do projeto “À volta d’A Casa [A Casa Tombada e o seu Entorno]” em 2018. Além

de cursos livres pagos, a CT possui uma parceria com a Faculdade de Conchas (FACON), que utiliza o espaço para ministrar cursos de pós-graduação na área de Arte-Educação.

No caso da Tapera Taperá, Antonio respondeu que o espaço “vive da venda de livros, cursos e às vezes cede o espaço, mas opera em um megaprejuízo”, custos que cobre com recursos próprios. Em relação ao uso de editais de fomento ou leis de incentivo, declarou que a TT “não recebe dinheiro de governos nem de entidades com fins lucrativos”.

Na questão número cinco - porcentagem aproximada que cada um desses meios ocupa na sustentabilidade financeira do espaço – Nina estima que 60% dos recursos da MC venham da locação do espaço, 20% do bar-café e 20% de contribuições voluntárias dos frequentadores; já Flávia replicou que “tudo o que ocorre na Casa é financiado pelos próprios eventos e alunos”; e Antonio respondeu que os recursos da TT vêm 50% da venda de livros e 50% de recursos próprios.

Na sexta pergunta - principais mudanças ou transformações percebidas ao longo dos últimos cinco anos, considerando disponibilidade de recursos econômicos, número de funcionários, programação e frequência de público – Flávia relatou que o quadro de colaboradores, bem como o espaço físico da CT aumentaram. “Após o primeiro ano de existência tivemos o desafio de ampliar nosso espaço alugando a casa ao lado e transformando dois imóveis geminados em uma casa integrada. Nossa equipe passou de quatro pessoas para sete pessoas trabalhando diariamente e, para esse ano, temos que ampliar para uma equipe de nove pessoas devido ao aumento da demanda de trabalho. O número de prestadores de serviço também se ampliou”. Disse ainda que as atividades se multiplicaram, embora pontue que a equipe esteja reavaliando este ponto. “Precisamos reduzir a quantidade de oferta e ter mais foco nas propostas, uma vez que temos avaliado que investimos energia de trabalho e de criação e nem sempre temos o retorno esperado”. Neste aspecto, nota-se que existe na gestão da CT a preocupação de promover cursos que apresentem uma demanda significativa, tendo em vista a centralidade desta atividade na sustentabilidade econômica do espaço.

Nina afirma que a procura pelo aluguel do espaço da MC diminuiu nos últimos cinco anos, o que se refletiu em um corte no quadro de funcionários. Quanto à frequência e quantidade de público, a produtora não percebeu mudanças significativas, o que ela atribui à gratuidade dos eventos: “acho que acaba sendo uma opção para quem não tem muito dinheiro”. Já Antonio Freitas respondeu que, ainda que de maneira “quixotesca, sem fazer

marketing, sem ficar apelando”, a TT galgou espaço na cena cultural do Centro e pôde diversificar as atividades oferecidas. “O que foi acontecendo com o tempo, principalmente em meados de 2017, é que a nossa agenda foi praticamente tomada por eventos e propostas que as pessoas nos traziam. Atualmente, raramente montamos um evento. Às vezes temos até dificuldade em gerir a agenda, é preciso dizer não para alguns”. Com isso, alugou mais duas salas para abrigar as atividades, “a Taperinha e a Taperona”.

Em relação à sétima pergunta – percepções sobre o cenário cultural da cidade de São Paulo atualmente e há cinco anos – tanto Flávia quanto Nina relataram ter percebido um aumento do número de espaços culturais independentes e concordam que existe uma lacuna de políticas públicas específicas para esses locais. Para Flávia, “as políticas públicas ainda não olham para essas iniciativas como deveriam e os editais que auxiliam na manutenção dos espaços ainda muito pequenos em comparação à demanda”. Sobre sua percepção dos últimos cinco anos, ela sente que “estamos acompanhando um descaso e um desmonte das políticas públicas em torno da cultura, da arte e da educação. E o diálogo tem se fechado cada vez mais. A sociedade civil está sozinha”.

Nina também considera que o acesso a editais públicos e leis de incentivo continua restrito a poucos, devido a dois fatores principais: a burocracia e a concorrência. Para Antonio, as principais mudanças nos últimos cinco anos se deram na política cultural municipal. “A partir de 2012, com a vitória do Haddad, houve uma abertura e um estímulo maior [à cultura] [...]. Depois que Haddad saiu e com a vitória do Dória, terminaram algumas iniciativas de carnaval, a virada cultural deu uma ‘miada’, brigaram com os coletivos da periferia...”.

Na última pergunta – se o contexto político influencia no campo cultural -, os entrevistados foram unânimes ao concordar que sim. Flávia mostrou preocupação em relação à garantia de direitos humanos básicos, “sem a qual não há como esperar grandes desenvolvimentos culturais de uma comunidade”. A resposta da produtora faz coro com a de Antonio. “Ninguém está pedindo revolução, a gente só quer um país mais humano onde as pessoas possam ter tempo e algum dinheiro que lhes dê segurança para investir em cultura, em projetos pessoais, literatura”. Por fim, Nina demonstrou insegurança diante da extinção do Ministério da Cultura, tendo em vista que “muitos projetos dependem dessas leis e editais”.

A partir das respostas dos entrevistados, é possível traçar algumas considerações. Em relação às datas de fundação - Casa Tombada em 2015 e Tapera Taperá em 2016 - é possível

conjecturar que a criação desses espaços tenha ocorrido na esteira do desenvolvimento e da expansão cultural da última década, que podem ter favorecido o surgimento de iniciativas do gênero. Já a Matilha Cultural foi criada em 2009, em plena “era de ouro” da cultura no país.

A diversificação dos meios de sustentabilidade econômica desses espaços, somada a formas de trabalho colaborativo que são comuns na Economia Criativa e à maior flexibilidade nas operações, confere aos espaços culturais independentes um caráter certamente mais adaptável a diferentes contextos econômicos e políticos em relação a empreendimentos tradicionais.

As falas de dois entrevistados manifestam essa convicção. Na questão oito, Nina Liesemberg respondeu: “Agora acabou o Ministério da Cultura, com certeza isso influencia [o campo cultural]. Mas, ao mesmo tempo, a cultura tem esse poder de se reinventar. De alguma forma vai continuar acontecendo, porque as pessoas querem fazer e elas vão continuar fazendo arte”. Já Antonio Freitas disse: “A partir do segundo mandato da Dilma, um mandato muito fraco, uma eleição muito difícil, que teve esse crescimento da direita... é claro que a galera da cultura sente isso. A galera está passando mais perrengue, mais dificuldade, mas é nos períodos mais difíceis também que a cultura floresce. Se você acompanhar a história do Brasil entre 1964 e 1968, até o AI-5, a cultura explodiu em criação, em resistência, em amor”.

Em relação aos impactos da crise no cenário independente do Centro, o estudo mostrou-se insuficiente para apontar resultados conclusivos, sendo indicada a continuidade da pesquisa em mais locais. Enquanto Nina relatou a diminuição dos recursos econômicos disponíveis e um corte no quadro de funcionários, o depoimento de Flávia enfatizou a ampliação da agenda cultural, do espaço físico e do número de colaboradores. A Tapera Taperá é uma exceção, pois as atividades principais não são economicamente sustentáveis, por isso, o espaço tem necessitado de investimentos privados, porém o gestor optou por não recorrer a editais públicos e parcerias com empresas.

É importante observar que existe uma escassez de políticas públicas de fomento à criação, fruição e principalmente manutenção de espaços pequenos geridos pela sociedade civil. O Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI)¹¹, o ProAc - Território das Artes e o Programa Cultura Viva são vitais neste cenário, mas contemplam um número ainda insuficiente de pontos de cultura frente à diversidade de iniciativas que carecem de

¹¹ Programa criado em 2003 para apoiar financeiramente coletivos culturais da cidade de São Paulo em regiões com precariedade de recursos e equipamentos culturais.

auxílio. Além da concorrência, a burocracia é outro fator limitante do acesso, em especial quando consideramos a complexidade de alguns processos de prestação de contas. Esses obstáculos são visíveis nas falas de Nina e Flávia na questão sete.

Por fim, a instabilidade do cenário político atual bem como as reformas liberais que estão em curso desde o governo interino colocam em risco a continuidade dessas políticas. A insegurança gerada pela iminência dessas descontinuidades é visível nas respostas à questão de número oito.

Considerações Finais

Através dos anos e das diferentes gestões que se sucedem, as políticas públicas de cultura continuam sendo alvo das tristes tradições enunciadas por Rubim (2015): ausências, autoritarismos e instabilidades. Os mandatos do Partido dos Trabalhadores, especificamente do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, trouxeram avanços inegáveis às políticas de cultura e, talvez pela primeira vez, tenham a ela atribuído um papel de centralidade na construção do projeto de governo. No entanto, a “ansiedade” de imprimir uma marca própria tão presente na política brasileira, em detrimento de privilegiar a continuidade das políticas a longo prazo, continuam limitando nossos avanços. Agora, com a distância de alguns anos, é possível observar essa tradição na troca do governo Lula para o de Dilma, e mais agudamente, para o de Michel Temer, quando o país iniciou uma guinada à direita e o compromisso com a transformação social e a esperança de um projeto grandioso para a cultura ganharam contornos incertos.

Embora os espaços culturais independentes, por suas diferentes possibilidades de configuração e gestão, pareçam resistir à crise econômica e política, e apesar da insuficiência de políticas públicas que auxiliem em sua manutenção e programação, seria precipitado afirmar que estão imunes às instabilidades atuais. O estudo de campo realizado nesta pesquisa com espaços do Centro de São Paulo dá subsídios para entender as estratégias de gestão que utilizam, suas formas de resistência, bem como suas carências, mas aconselha-se que seja estendida a outros espaços e profissionais da cultura, a fim de revelar com clareza as reverberações da crise iniciada em 2014.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, FLÁVIA. MinC lança programa para capacitar produtores culturais sobre leis de incentivos. Agência Brasil, 15 Mar. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2018-03/minc-lanca-programa-para-capacitar-produtores-culturais-sobre-leis-de>>. Acesso em 11 Fev. 2019.
- BARBALHO, Alexandre. **Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer.** Revista de políticas públicas. P. 240-260, abr. 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/9230/5497>. Acesso em: 5 Ago. 2018.
- BIROLI, F. **Reação conservadora, democracia e conhecimento.** Revista de Antropologia, v. 61, n. 1, p. 83-94, 27 abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/145515/139668>. Acesso em: 10 Nov. 2018.
- BRAGA, Isabel. Temer recua e decide recriar o Ministério da Cultura, com Marcelo Calero. **O Globo**, 21 Mai 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/temer-recua-decide-recriar-ministerio-da-cultura-com-marcelo-calero-19351863>. Acesso em: 7 Dez. 2018.
- BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, 15 (2): 73-83, abr/jun, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011. Acesso em: 5 Ago. 2018.
- BOTELHO, Isaura. **A diversificação das fontes de financiamento para a cultura: um desafio para os poderes públicos.** MOISÉS, J.A. e BOTELHO, I.(orgs.). Modelos de financiamento da cultura; os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal. Rio de Janeiro, Minc/Funarte, 1997.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário.** 2 ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.
- CALABRE, Lia. **Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014.** Políticas culturais no governo Dilma. Coleção Cult. Salvador, p. 33-48, ago, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18069>. Acesso em: 10 Ago. 2018.
- CALABRE, Lia. **Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p.137-156, jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p137-156>. Acesso em: 5 Ago. 2018.
- GADELHA, Igor. Roberto Freire deixa o governo. **O Estado de S. Paulo**, 18 Mai 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,raul-jungmann-e-roberto-freire-deixam-o-governo,70001793326>. Acesso em: 7 Dez. 2018.

GLOBO, O. Marieta Severo, Patrícia Pillar e artistas do Ocupa MinC prometem manter atos contra Temer. **O Globo**, 23 Mai 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/marieta-severo-patricia-pillar-artistas-do-ocupa-minc-prometem-manter-atos-contratemer-19360319>. Acesso em: 7 Dez. 2018.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. **Direitos Humanos e Direitos Culturais**. Disponível em: <<http://www.direitoecultura.com.br/wp-content/uploads/Direitos-Humanos-e-Direitos-Culturais-Bernardo-Novais-da-Mata-Machado.pdf>>

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Pentecostais, Sexualidade e Família no Congresso Nacional**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832017000100012>

MONTESANTI, Beatriz; BARSANELLI, Maria Luísa; COZER, Raquel; MARTÍ, Silas. Com crise, setores da cultura se preparam para até 30% de cortes. **Folha de São Paulo**, 25 Mar. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/03/1607658-com-crise-setores-da-cultura-se-preparam-para-ate-30-de-cortes.shtml>. Acesso em: 7 Dez. 2018.

PERNAMBUCO, Diário de. Após recusa de cinco mulheres, Marcelo Calero será secretário de Cultura do governo Temer. **Diário de Pernambuco**, 18 Mai. 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/05/18/internas_viver,645423/apos-recusa-de-cinco-mulheres-marcelo-calero-sera-secretario-de-cultu.shtml. Acesso em: 7 Dez. 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>>

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado**. Políticas culturais no governo Dilma. Coleção Cult. Salvador, p.11-31, ago, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18069>. Acesso em: 5 Ago. 2018.

SÃO PAULO, Folha de. Ocupações contra extinção do MinC já acontecem em ao menos 16 capitais. **Folha de São Paulo**, 17 Mai. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1772888-ocupacoes-contratextincao-do-minc-ja-acontecem-em-ao-menos-16-capitais.shtml>. Acesso em: 7 Dez. 2018.

SIQUEIRA, Chico. Oficinas culturais são fechadas em São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, 23 Mar. 2015. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,oficinas-culturais-sao-fechadas-em-sao-paulo,1656432>. Acesso em: 7 Dez. 2018.

WANDERLEY, Gustavo Tomé. **Dinâmicas de espaços culturais independentes**. Disponível em: http://www.funarte.gov.br/encontro/wp-content/uploads/2011/08/Artigo_Gustavo_Wanderley.pdf. Acesso em: 14 Jan. 2019.